

**ATA DO SEMINÁRIO DA CULTURA - ESCUTAS DA SOCIEDADE CIVIL PARA ELABORAÇÃO DO PAAR – PNAB 2024.** Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de Maio de 2024, às 9h30, reuniram-se, de forma presencial e virtual na sala de Regência do bloco C, Sambodromo Medeiros, cito Av. Pedro Teixeira, 2565 - Flores, Manaus - AM, 69058-785, conforme divulgação em rede social, Portaldoam publicada no dia 21/05/2024, sob coordenação dos assessores Anne Paiva, Luciane Ituassú e Thiago Hermido e para secretariá-los a servidora Vanuza Santos. O encontro contou com a presença nos termos da lista anexa de participantes presentes e virtuais. Na escuta de hoje, serão discutidos os Pontos e Pontões e terá como mediadora a assessora Anne Paiva. Dando início aos trabalhos **Luciane Ituassú** desejou um bom dia a todos. Em primeiro lugar, agradeceu a presença de quem esteve no dia anterior, e manifestou gratidão pela disponibilidade neste dia. Ela explicou que o propósito da reunião era realizar uma escuta e uma roda de conversa para compreender as necessidades e comentar na atualidade, considerando que a cultura viva é uma cultura que não é nova uma política que não é nova mas é uma política aqui para a região Norte está um pouco estagnada. E a PNAB vem com essa ação de retomada, essa política de cultura viva. Lembrando que o microfone estará disponível e basta levantar a mão que alguém da equipe auxiliará. Em seguida, anunciou que Anne Paiva conduzirá os debates e convidou os presentes a contribuir, fazer perguntas ou propor ideias. **Anne Paiva** saudou a todas e explanou que durante a conversa realizada ontem de manhã, foi discutido um pouco sobre os objetivos da PNAB, os quais apontam a necessidade de articular redes de apoio entre as organizações culturais ao longo de cinco anos. Destaca-se a intenção de fortalecer tanto entidades com CNPJ quanto coletivos sem CNPJ, enfatizando a articulação e fortalecimento mútuo. Os recursos da PNAB são divididos especificamente para "pontões" e "pontos de cultura" e para o subsídio e manutenção de espaços de organizações culturais. Há um diálogo com o governo federal visando estabelecer, até o final do ano, um "pontão de cultura" no Estado do Amazonas, uma vez que atualmente não existe nenhum no estado. O diálogo com o governo federal também abrange a elaboração de normativas sobre "Pontos de Cultura" e "Pontões de Cultura", a serem utilizadas na PNAB, sendo que os editais serão preparados pelo governo federal e repassados para aplicação, seguindo diretrizes gerais estabelecidas. As normativas visam realizar um credenciamento preliminar de pontos de cultura, o qual poderá ser feito durante a inscrição nos editais. É sugerido que os interessados leiam a instrução normativa específica do Cultura Viva de 2016 e acompanhem as orientações do Ministério da Cultura, que estão elaborando cartilhas informativas. Quanto aos editais do Cultura Viva, há a previsão de premiações para execução cultural e celebração de termo de execução cultural, incentivando ações continuadas que gerem benefícios

socioculturais. Pontos de Cultura são grupos culturais da sociedade civil que promovem o acesso aos bens culturais, podendo incluir tanto entidades constituídas juridicamente quanto coletivos não formais. Já os Pontões de Cultura são entidades que desenvolvem, acompanham e articulam atividades culturais em parceria com redes temáticas de cultura. Dentro do contexto do Cultura Viva, ressaltou Pontões de Cultura - R\$ 769.976,80 e Pontos de Cultura - R\$ 4.042.377,57 desempenham papel fundamental na promoção do acesso aos bens culturais nas comunidades. Durante a conversa realizada anteriormente, abordou a diferença fundamental entre Pontos de Cultura e Pontões de Cultura. Os Pontões de Cultura são entidades culturais que se dedicam a articular parcerias com outras organizações culturais, trabalhando em rede e não de forma isolada. Essa característica permite uma maior interação e colaboração entre diferentes atores culturais, alinhando-se com o propósito da PNAB de estimular a articulação de redes entre as organizações culturais. Trouxe um mapa que está disponível no site do Cultura Viva ou do Ministério da Cultura pode ser consultado para verificar a localização dos pontos de cultura existentes no estado, apontando que atualmente são poucos, porém a PNAB visa expandir esse número ao credenciar novos pontos à medida que os editais forem sendo lançados. As ações permitidas para execução da PNAB incluem o fomento de projetos culturais contínuos de Pontos de Cultura devidamente constituídos juridicamente através da celebração de compromissos culturais. Além disso, prevê a premiação de projetos, iniciativas e atividades realizadas por pontos e Pontões de Cultura, bem como o fomento de projetos culturais contínuos de pontões de cultura legalmente estabelecidos por meio da celebração de termo de compromisso cultural. Durante a explanação, foi ressaltado que a lei já estabelece os valores máximos para premiação de ações dos Pontos e Pontões de Cultura. Para entidades culturais devidamente constituídas juridicamente, o limite é de até R\$ 60.000, enquanto para pessoas físicas integrantes de grupos e coletivos culturais sem constituição jurídica, o valor máximo é de até R\$ 30.000. Observou-se que a maioria dos municípios do estado solicitou recursos da PNAB para o Cultura Viva, sinalizando a possibilidade de realização de editais de premiação. No que se refere aos Pontões de Cultura, a legislação estabelece um valor de parcela anual específico para 2024, variando entre R\$ 300.000 e R\$ 800.000. Considerando a alocação de recursos para o estado do Amazonas, é viável contemplar até dois pontões, dependendo do objeto do edital. Já para os Pontos de Cultura, o valor máximo da parcela anual é de até R\$ 300.000, o que permite contemplar diversos Pontos de Cultura com o montante reservado para o estado. É relevante destacar que, aqueles Pontos de Cultura e Pontões de Cultura que forem contemplados pelos municípios não poderão ser contemplados para a celebração de termos de execução cultural pelos estados, o que coloca em pauta a importância do

diálogo entre estados e municípios para a definição de ações diferenciadas. Dessa forma, enquanto o Ministério da Cultura não finalizar todas as informações necessárias, o diálogo continuará visando obter esclarecimentos adicionais durante os próximos encontros, com o intuito de consolidar os detalhes do Cultura Viva. Ao final da apresentação, foi aberta a oportunidade para que os participantes se manifestassem e tirassem dúvidas sobre esse ponto específico do programa, convidando aqueles que desejam contribuir a se aproximar para que possam participar ativamente da discussão. **Lídia Lúcia**, representante da comissão nacional dos Pontos de Cultura, introduziu-se na discussão ressaltando sua identificação como mulher afrodescendente, indígena, vestida de verde, com cabelos e olhos negros, de estatura mediana e, como enfatizou, bela. Ela esclareceu que a comissão nacional dos Pontos de Cultura é reconhecida pelo Ministério da Cultura como representante da sociedade civil nesse processo de certificação. Atuando no Amazonas desde 2014, Lídia está à frente do grupo de trabalho que abrange essa área. Lídia apontou que o mapa de Pontos de Cultura não está atualizado devido a questões relacionadas ao não convênio com a Cultura Viva em 2016, que era o prazo final estabelecido, sendo posteriormente impactado por mudanças e desmontes. Ela exemplificou essa situação mencionando o Casarão das Ideias, um ponto certificado que não consta no mapa devido ao suposto desinteresse da gestão na época. Lídia destacou que os Pontos de Cultura representam uma ação transversal de cultura de base associativa, especificando que no Estado do Amazonas apenas 13 municípios foram habilitados para conveniar, ao contrário dos 62 existentes. Além disso, elucidou que os Pontões de Cultura possuem caráter estadual, sendo um em cada estado. Ressalta que é importante ficarem atentos a essas informações sobre os Pontões de Cultura, que possuem caráter estadual, sendo um por estado. Existe também a categoria dos Pontões temáticos, que abrangem 30 categorias específicas às quais precisamos nos ater para futuras discussões e esclarecimentos. Os Pontões temáticos formam comitês gestores que, de forma independente, desenvolvem ações atreladas a um objetivo comum, trabalhando de maneira vinculada entre si. No caso de atuação como um Pontão temático, em cidades do Amazonas ou em Manaus, por exemplo, seis pontos certificados pelo Ministério da Cultura seriam selecionados para compor o conjunto vinculado ao Pontão. Cada estado pode ter apenas um Pontão temático. Existe também a categoria dos coletivos, os quais necessitam apresentar um CPF para conveniar e participar de premiações, seguindo uma lógica similar à adotada em homenagem a Paulo Gustavo. O estado pode cadastrar os pontos em seu edital, que serão habilitados a concorrer aos prêmios estaduais, sem ingressarem na certificação nacional. O Termo de Cooperação (TCC) é assinado apenas pelos Pontos, enquanto os coletivos e Pontos concorrem aos prêmios, sendo o TCC exclusivo para os Pontos.

É importante ressaltar que há uma distinção entre Pontos e coletivos, para garantir a clareza e a correta participação em cada modalidade. Ao final, Lídia Lúcia abre espaço para eventuais dúvidas ou questionamentos, demonstrando disponibilidade para esclarecer a explicação fornecida. **Josi Carvalho** se apresentou durante a reunião, destacando sua vestimenta com camisa preta com amarelo e calça preta, cabelos negros e pele parda. Ela compartilhou que atualmente preside uma associação denominada Associação dos Profissionais da Cultura e Arte Cristã, a qual gerencia um espaço sociocultural na zona leste. Neste espaço, oferecem aulas de música para a comunidade local, para o Ensino básico. Explicou que além das aulas de música básicas oferecidas para a comunidade, sua associação também se compromete com a qualificação na área artística profissional. Eles promovem workshops de elaboração de projetos, buscando capacitar os interessados nesse campo. Com depoimentos positivos já recebidos, demonstra a eficácia dessas iniciativas, e pelas características que leu, pareceu que seria uma característica de pontão de cultura, mas agora ficou em dúvida porque dá a entender que é preciso estar conectada com mais 6, montar uma rede na zona leste ou na cidade de Manaus. **Anne Paiva** compartilhou que estão em conversas com o Ministério da Cultura, não foi apontada a necessidade de apresentar um número de outras entidades para se conectar, como os 6. Ela ressaltou que a mesma informação por exemplo, para a sociedade eles informaram que 13 municípios estão aptos a realizar a Cultura Viva, para a SEC eles informaram que praticamente todos os municípios realizaram a Cultura Viva, então, porque apesar de só 13 serem obrigados a fazer, os outros municípios também pediram recurso para isso, não era impedido deles fazerem isso, eles só não eram obrigados a fazer, então eles receberam esse recurso. Tem algumas informações, é importante só deixa algumas informações não tão fechadas para que depois não perceba que vai ter que mudar a forma de pensar, a forma de agir, porque o MinC ainda não fechou em relação ao Cultura Viva. **Lídia Lúcia voltou a palavra rede**, perguntou como é que vai administrar uma rede sem colaboração, então precisa sim, para ser um Pontão, trabalhar rede. **Josi Carvalho perguntou se** nesse caso os pontos são grupos também, grupos artísticos não coletivos, não necessariamente, mas são. Só para se certificar. **Anne Paiva** respondeu que sim, eles podem ser coletivos e não precisam ser constituídos juridicamente, por exemplo, se for pegar o mapa que o próprio MinC, apesar de estar desatualizado ele tem por exemplo, um grupo de Maracatu que é um coletivo, mas está lá colocado como ponto. O próprio MinC chama de ponto no sistema, então, só que para celebrar termo de compromisso cultural é precisa ser legalmente constituído. **Lídia Lúcia** enfatizou a distinção entre o cadastro de trabalhadores culturais e a certificação necessária para Pontos de Cultura. Destacou que, para assinar o Termo de Cooperação (TCC), é



necessário que a entidade seja um Ponto de Cultura, enquanto os coletivos concorrem a prêmios. A respeito da formação de uma rede para se tornar um Pontão, os pontos associados precisam estar certificados, pois não se trabalha com coletivos, e sim com uma rede de pontos certificados. Ressaltou a importância de compreender a nomenclatura correta, e mencionou a cartilha que esclarece de forma mais detalhada essas questões. Ela mencionou que estão em tratativas com a prefeitura para elaborar a cartilha, demonstrando o interesse da sociedade civil pelos Pontos de Cultura. A meta estabelecida de 15 mil pontos reforça a relevância de envolver mais municípios, além dos 13 obrigatórios, para fortalecer e expandir a rede. Lídia também abordou a participação ativa na elaboração dos editais, salientando que a voz da sociedade civil é fundamental para as decisões do programa. **Marcelo Dias** se apresentou vestindo uma blusa cinza, calça preta e tênis, mencionando que está com chocolate, pois está cansado. Ele trouxe à tona a importância da Pena, uma política nacional do Ministério, que visa priorizar as pessoas e suas necessidades. Marcelo ressaltou a relevância de desenvolver projetos de forma gradual e estruturada, pensando a médio prazo, pois a execução plena dos projetos requer calma e clareza de objetivos. Ele encorajou os participantes a participarem das concorrências públicas, mas destacou a importância de manter um equilíbrio e não tentar abraçar tudo de uma vez, para evitar dificuldades na execução. Abordou a questão dos municípios e seus pensamentos em relação às iniciativas propostas, incentivando-os a superar o medo e se engajar no processo. Ele mencionou a interpretação orçamentária ocorrida no ano passado, demonstrando que os municípios compreenderam a importância da ação e perceberam que não teriam prejuízos ao participar. Enfatizou que a participação não é obrigatória, mas é uma oportunidade valiosa para passar o remédio necessário para o desenvolvimento cultural local. Ele ressaltou a importância de ter paciência e compreender que o processo é gradual e requer dedicação. Encorajou os presentes a permanecerem engajados e atentos às oportunidades que surgirem. **Elson Rocha**, vestindo calça azul e tênis preto e branco, utilizou a analogia de um vestibular para explicar a importância do cumprimento das normativas para os Pontos de Cultura. Assim como em um vestibular, onde a inscrição é permitida, mas a falta do certificado de conclusão do ensino médio pode impedir o ingresso na faculdade, Elson ressaltou que no caso dos Pontos de Cultura, é essencial seguir todas as orientações estabelecidas nas normativas. Se no futuro ocorrerem problemas com o CNPJ ou com o cumprimento das regras estabelecidas, poderá afetar a participação e a contemplação nos editais. Destacou a importância de seguir os critérios estabelecidos na normativa para garantir a participação efetiva no programa. Ele mencionou que, devido a questões normativas, está afastado do Conselho Nacional de Cultura, e que a certificação é fundamental para poder

participar ativamente. Ressaltou a necessidade de estar cadastrado no Cultura Viva conforme as normativas, para evitar possíveis problemas no futuro. Ele salientou que as informações precisam ser claras e acessíveis a todos, e defendeu a importância de acompanhar de perto as atualizações e orientações do programa, a fim de garantir a correta participação e execução das atividades culturais propostas. **Luciane Ituassú** se apresentou usando um vestido longo branco com a imagem de Alana de rosto na frente ou dos óculos. Seus cabelos têm tonalidade castanha, estão na altura dos ombros e estão levemente ondulados. Ela complementa o visual com salto alto e tênis branco. Percebe a relevância das contribuições trazidas por Lídia, Conselheiro Elton e Marcelo, mas destaca que ainda não há orientações definitivas, pois a política do Cultura Viva ainda não está consolidada. Ela menciona a experiência vivenciada junto ao Ministério da Cultura, onde observaram diversas instruções e práticas sendo ajustadas ao longo do processo. Destaca a importância de se adaptar conforme as orientações em constante evolução, acreditando que há mais diretrizes a serem estabelecidas, especialmente em relação à certificação. Ela destaca a incerteza em certificar todos os interessados e ressalta que a documentação a ser apresentada no edital será crucial para viabilizar a certificação. Ressalta que, ao se inscrever para o edital, há a possibilidade de ser contemplada ou não, e que o Ministério da Cultura conduzirá a avaliação de acordo com os critérios estabelecidos. Ela enfatiza que o edital não indica nenhum tipo de malícia, e que as orientações serão direcionadas para o resultado final. Luciane destaca a importância de seguir as diretrizes estabelecidas, mesmo considerando a atuação de outros Ministérios no processo. **João Fernandes** é do Casarão das Ideias, no contexto do Ponto de Cultura do Xbox 2012. Ele mencionou que houve questões relacionadas à certificação naquele período, apontando para a importância de olhar além do valor financeiro, enfatizando a escala de trabalho necessária para efetuar impactos sociais reais na cultura. João destacou a relevância de desenvolver ações que alcancem de fato os lugares planejados e gerem um impacto significativo na comunidade. Ele ressaltou a fase em que o Casarão das Ideias não recebeu a última parcela referente a 2015, apontando para desafios enfrentados na época em relação à complementação de recursos pelo governo estadual. João destacou a importância de ampliar a participação em ações culturais e envolver diversos grupos sociais, como escolas, quadrilhas, movimentos artísticos e comunidades, a fim de fortalecer o engajamento e tornar as transformações culturais mais abrangentes e significativas. João enfatizou a necessidade de ir além do aspecto financeiro e direcionar esforços para promover a cultura e a mudança na sociedade. Ele ressaltou a importância de reconhecer e valorizar o investimento do governo federal em parceria com a comunidade, visando aprimorar ações culturais e gerar impactos positivos. **Luciane Ituassú** destacou a

importância da continuidade na política do Cultura Viva, visando promover ações que tragam retorno tanto econômico para a sociedade quanto realização pessoal para os participantes. No entanto, ela ressaltou que a instabilidade e o tempo necessário para a organização e prestação de contas podem dificultar o planejamento e a segurança jurídica para futuros editais. Luciane propôs a ideia de que o processo de edital seja realizado anualmente, com a necessidade de concorrer novamente a cada exercício, visando garantir uma gestão mais eficiente dos recursos. Ela ressaltou a importância de compreender até onde é possível chegar e a escala de participação na sociedade civil, representando a sensibilidade do Estado em relação à legislação e às dúvidas que podem surgir. Luciane enfatizou a importância de dialogar e formatar o processo de acordo com as mudanças e necessidades identificadas, buscando garantir uma instrução adequada para os participantes. Ela ponderou que, no primeiro ano, será preciso observar atentamente as condições e pagamentos, permitindo questionamentos e diálogos para melhorias futuras. Luciane ressaltou que a liberdade e a possibilidade de instrução plena talvez só ocorram em anos subsequentes, após a compreensão e avaliação dos processos e orientações do Ministério da Cultura. Ela enfatiza a importância de buscar esclarecimentos, questionar e dialogar para aprimorar o processo e garantir uma participação efetiva e consciente. **Marcelo Dias** ressaltou que às vezes é necessário para não prejudicar as pessoas mesmos lá na frente, às vezes o estado for adotar uma orientação errada no edital ele pode prejudicar o proponente e é por isso que o Minc mantém esse diálogo no ministério da gente não ocorrer justamente nessas coisas lá atrás eu gosto mesmo né alguns pontos de fazer cômoda intenção na verdade toda essa parte aqui venha trazer algum tipo de falha algum tipo de deficiência na execução para Justamente a gente se alinhar e conseguir fazer um trabalho de excelência para que essa retomada ela vem com tudo porque o nosso estado precisamos. **Lídia Lúcia** discutiu a importância da continuidade e da transversalidade na política do Cultura Viva, buscando promover ações que retornem à sociedade tanto economicamente quanto em termos de ideal pessoal. Ela ressaltou a necessidade de ter critérios claros e um plano de trabalho bem estruturado para atingir os objetivos propostos, considerando as especificidades de cada local e segmento cultural abordado. Lídia também mencionou a classificação adotada pelo Ministério da Cultura para o trabalho do plano proposto, abrangendo diversas manifestações culturais. Ela destacou a importância de compreender a escala de atuação e o impacto gerado, visando envolver e beneficiar diferentes comunidades e públicos culturais. Lídia ressaltou a necessidade de pensar além do edital de concurso público e buscar contribuições significativas para o desenvolvimento cultural e social. Através da transversalidade e da ampliação das ações culturais, ela enfatizou a possibilidade de impactar positivamente diversas

instâncias da sociedade. **João Fernandes** abordou a necessidade de uma documentação de habilitação para a certificação dos Pontos de Cultura, destacando a complexidade do processo e a importância de envolver equipes competentes para lidar com essas questões. Ele ressaltou a importância de criar eixos transversais que contemplem comunidades tradicionais, população LGBTQ+ e eventos culturais, visando construir um panorama abrangente e inclusivo. João também apontou a importância de considerar tanto o centro cultural quanto a periferia na construção desses eixos, garantindo uma abordagem que contemple e beneficie diferentes realidades e localidades. Ele enfatizou a importância de um trabalho assertivo para ampliar o alcance e contemplar a diversidade cultural existente. **Marcelo Dias** inaudível... Clícia Eu prometo ser rápida é só falando da prestação de conta existe uma comissão de legislação dentro né um grupo de trabalho dentro do ministério que voltou agora porque como a gente foi dado a prestação de conta do Estado do Amazonas é uma coisa caótica é do Brasil é 50% dos pontos estão inadimplentes no Brasil mobilização quando o ministério caiu nós não tínhamos a quem recorrer que foi então pois é não tinha porque era uma secretaria que não tinha braços para resolver as pendências do Estado então a gente vai penalizado nessa situação é uma coisa só rapidinho que eu quero explicar para vocês quando o João fala que ele é no centro ele precisa ir para zona leste nós podemos criar os contornos temáticos se estiver na nossa edital E aí a rede ela é ilimitada por temáticas dentro da comissão Estadual tem 36 pontos ações de ponto sistemático o botão Estadual é bom para instalar Porque como população né então por isso ela tá fazendo é só um mas os temáticos nós podemos conversar que que se credenciar para ser uma rede uma rede de matriz africana porque elas não temos aqui nenhum nunca teve tá bom. E a escola de samba desenvolvem então isso você tem que estar encaixado nessa atividade relacionada a moda que você leva o seu setor para você conseguir avançar junto né tempo que meu amigo era ele trata de memória ele tem um modelo então também já tem que ter a atividade dele é possível ele também tem que ter ele vai viver de outra coisa não a gente pode procurar ligado e paralelo ele conseguia voltar então é isso você tem que observar dá uma lida básica porque se você não entender esse cérebro e você não consegue Então você tem que se encaixar o que que é um ponto cultura coletivo não coletivo formal que não atravessar aí tem umas modalidade para você que fez essa modalidade né então é uma proposta que tiver feito para fazer mal para as pessoas mas você não tem que ficar preocupado consegue iniciar que essa pessoa é a hora muito mas não e dentro da associação Fundação ou civis os que tem mais uma qualidade que você tem que entender melhor que é o seu então tem uma cama de informações que você quer você pegar aquele aquela outra página inicial. **Matheus** compartilhou sobre a importância da cultura e do meio ambiente, ressaltando a



necessidade de promover o desenvolvimento cultural, a preservação ambiental e a conscientização nesse contexto. Ele mencionou a relevância de abordar esses temas, especialmente considerando a atual época de seca e as questões ambientais em destaque. Expressou o desejo de conectar a cultura com o meio ambiente e envolver a comunidade nesse processo. Ele trouxe a ideia de criar uma rede em que as comunidades que possuem interesse em trabalhar nessa interseção entre cultura e meio ambiente possam se identificar e colaborar. Destacou iniciativas como a mobilização do Instituto Soma e a associação de movimentos ambientais, buscando fortalecer a conexão entre essas áreas. Ele mencionou a dificuldade de acesso a recursos para desenvolver projetos culturais nessas comunidades, mas ressaltou a importância de encontrar caminhos para viabilizar essas iniciativas. Enfatizou a busca por conscientização e renovação artística nesse contexto, incentivando o desenvolvimento de projetos que integrem cultura, meio ambiente e comunidade. Ele propõe que, ao acessar essa rede, os produtores culturais possam colaborar e ter acesso aos recursos necessários para promover ações que contribuam para o fortalecimento da cultura e a preservação ambiental. Esse olhar integrado e colaborativo evidencia o desejo de construir uma cultura mais consciente e integrada com as questões ambientais. **Gabriel Verçoza** trouxe à tona a interseção entre cultura e meio ambiente, ressaltando a importância desses temas em sua comunidade e no terreiro em que está envolvido. Ele expressou o desejo de compreender como a política estadual pode contribuir para a preservação da cultura e do meio ambiente, visando garantir a permanência e o fortalecimento dessas práticas. Gabriel colocou em pauta a dificuldade de formalização e a importância de ter uma constituição jurídica para acessar recursos, buscando estratégias para viabilizar essa etapa. Ele destacou a necessidade de comprometimento e avaliação constante na busca por recursos e oportunidades, enfatizando a importância de levar em consideração as diferentes realidades das comunidades e sua capacidade de estruturação. Gabriel ressaltou também a questão da formalização e dos processos exigidos para participação em editais e programas culturais, buscando soluções para viabilizar a continuidade das atividades culturais em sua comunidade, mesmo diante de desafios burocráticos. Anne Paiva complementou a discussão abordando a possibilidade de subsídio e manutenção de espaços culturais, mencionando valores e critérios de concessão. Ela destacou a importância de uma gestão responsável dos recursos e a necessidade de contrapartidas e responsabilidades sociais para receber o subsídio. Anne ressaltou a importância de utilizar os recursos de forma consciente e estratégica, garantindo o funcionamento e a manutenção dos espaços culturais de forma adequada. Prosseguindo a apresentação, de Anne Paiva discutiu sobre o subsídio e a manutenção de organizações culturais, destacando que 8% da bolacha

(termo que pode se referir a uma porcentagem ou recurso específico) são destinados à manutenção desses espaços. Ela mencionou que há um incentivo de R\$ 3.000 para a execução dessas ações no final do Amazonas e fez uma consulta sobre a participação de alguém no município em 2020. Anne explicou que a regra geral é que os recursos serão direcionados de acordo com o tamanho e a identidade das organizações, sendo utilizados para reformas, manutenção e outras necessidades culturais. Ela ressaltou a importância de uma gestão responsável dos recursos, mencionando a limitação de um espaço cultural por pessoa, bem como a necessidade de contrapartidas e responsabilidades sociais para receber o subsídio. Anne destacou a necessidade de apresentar uma história de dois anos de funcionamento regular e de enfatizar contrapartidas para ampliar a atuação social. Ela exemplificou a complexidade de custos envolvidos, como o pagamento de contas sociais e de luz, e enfatizou a importância de destinar recursos de forma adequada para a manutenção e sustentabilidade das organizações culturais. João Fernandes expressou preocupação e frustração com a falta de investimentos adequados na cultura, apontando questões relacionadas à distribuição desigual de recursos. Ele enfatizou a importância de valorizar e apoiar os espaços culturais, como o Casarão, que desempenham um papel significativo na comunidade. Ressaltou a necessidade de repensar a alocação de recursos, considerando a importância da cultura e seu impacto na sociedade. Questionou a disparidade de investimentos entre grandes eventos culturais e espaços culturais menores, destacando a complexidade de manter tais locais em funcionamento. João enfatizou o desafio de financiar as atividades culturais do Casarão, citando a dificuldade em arcar com as despesas mensais. Ele destacou a longa trajetória de trabalho na área cultural e a importância de reconhecer e respeitar as pessoas que dedicam suas vidas a essa causa. Levantou a necessidade de maior transparência e eficácia na distribuição de recursos, apontando a falta de investimento adequado na cultura em sua região. Ele enfatizou a importância de reivindicar uma distribuição mais equitativa dos investimentos e de aumentar o apoio aos setores culturais locais. A sua fala reflete a luta por um maior reconhecimento e suporte para as atividades culturais e seus agentes na comunidade. Ao retomar a apresentação, **Anne Paiva** abordou a necessidade de discutir questões relacionadas aos valores estabelecidos para a cultura. Ela mencionou a importância de elaborar um documento que possa contribuir para futuras alterações na legislação, visando uma realidade mais condizente com a situação cultural do Amazonas. Anne enfatizou a importância de buscar mudanças que possam refletir as demandas e necessidades locais, visando uma maior adequação e eficácia nas ações e políticas culturais da região. **Rila Arruda** abordou questões relacionadas à cultura e aos investimentos na região do Amazonas. Ela discutiu a

necessidade de definir claramente os conceitos de espaços culturais e instituições para garantir uma compreensão precisa nos editais e políticas culturais. Rila levantou a questão da importância dos equipamentos físicos e espaços culturais existentes, destacando a necessidade de acesso a recursos para manter e promover esses locais. Ela mencionou a relevância das atividades culturais e das organizações da sociedade civil na região, ressaltando a importância de garantir uma distribuição equitativa dos recursos e investimentos. Rila abordou o desafio dos cortes orçamentários e das dificuldades enfrentadas pelas instituições culturais, bem como a necessidade de transparência e eficiência na gestão dos investimentos culturais. A sua intervenção destaca a complexidade e os desafios enfrentados pelas instituições culturais no contexto atual, bem como a importância de uma abordagem cuidadosa e estratégica na alocação de recursos para promover e preservar a diversidade cultural e artística da região. Suas reflexões reforçam a importância de garantir um apoio consistente e sustentável para as atividades culturais e para as organizações envolvidas nesse setor. **Professor Gustavo**, ele aborda a importância dos espaços culturais e a necessidade de investimentos na manutenção e preservação desses locais. Ele menciona a dificuldade enfrentada pela faculdade de arte em obter recursos para a manutenção dos prédios, ressaltando a importância histórica desses espaços. Gustavo destaca a relevância de envolver a população local no acesso e na valorização desses espaços culturais. Ele enfatiza a importância de disponibilizar informações e recursos para que os prédios não fiquem ociosos, promovendo atividades culturais e educacionais para a comunidade. Gustavo destaca a necessidade de atenção e ação por parte das autoridades competentes para garantir que esses espaços sejam adequadamente preservados e utilizados em benefício da sociedade. A intervenção do Professor Gustavo resalta a importância do investimento na preservação e na promoção dos espaços culturais, bem como a necessidade de engajar a comunidade e as autoridades para garantir a sua acessibilidade e utilidade. Suas observações destacam a relevância dos espaços culturais na promoção da cultura e da educação, evidenciando a importância de medidas efetivas para manter e valorizar esses locais. **Na fala de Ariel**, fica evidente a preocupação com a inclusão e a representatividade de diferentes grupos sociais nos editais culturais, em particular em relação à comunidade LGBTQ+. Ariel sugere a criação de um edital específico para pontos de cultura que abranja questões relacionadas à diversidade e inclusão, garantindo um espaço para pessoas LGBTQ+ e outras minorias dentro da própria sigla LGBT. A proposta visa viabilizar a diminuição das diferenças e vulnerabilidades presentes na comunidade, especialmente para as pessoas trans, que enfrentam desafios significativos no acesso a documentos e processos oficiais devido à falta de reconhecimento de sua identidade de gênero.

Ariel destaca a importância de garantir o respeito e a dignidade das pessoas trans e de outras minorias, ressaltando a necessidade de políticas de inclusão e investimentos públicos nesse sentido. A abordagem de Ariel resalta a urgência de promover a igualdade e a equidade, assim como a importância de adequar os processos e as estruturas institucionais para atender à diversidade e às necessidades específicas de cada grupo social. Destaca a importância da representatividade e da inclusão no âmbito cultural, demonstrando uma preocupação genuína com a igualdade de direitos e oportunidades para todos. Suas reflexões apontam para a necessidade de políticas e práticas que promovam a diversidade e respeitem a identidade e os direitos de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Anne Paiva destaca a importância da discussão promovida por Ariel e Rila em relação à comunidade periférica, indicando que a ideia proposta pode ser direcionada para atender às necessidades da população que vive em áreas rurais e periféricas. Enfatiza a complexidade das questões envolvendo essas comunidades e acredita que as reflexões trazidas por Ariel e Rila são pertinentes para lidar com essa situação complexa. Ela resalta a importância de considerar as diferentes realidades e contextos dos municípios periféricos, refletindo sobre como definir e abordar a periferia de forma mais eficaz. Destaca a necessidade de aprimorar os processos de atendimento e regularização, sugerindo melhorias nos documentos oficiais como forma de facilitar e garantir um atendimento mais adequado e personalizado. Menciona as iniciativas já em andamento em relação aos espaços públicos e às demandas culturais, indicando que o conselho está buscando apresentar possibilidades de aprimoramento e adequação para atender às necessidades da comunidade periférica. Suas considerações apontam para a importância de uma abordagem sensível e direcionada para lidar com as demandas específicas dessas comunidades, visando promover a inclusão e o atendimento de qualidade para todos os cidadãos. **João Fernandes** discute a complexidade envolvida na aquisição de obras de arte e na aplicação de recursos públicos para a reforma e manutenção de espaços culturais. João destaca a importância de realizar consultas públicas para que a sociedade participe das decisões sobre a aquisição e o investimento em obras culturais. Ele resalta a necessidade de garantir transparência e participação da comunidade nesses processos. Menciona a questão da destinação de recursos públicos para reforma de espaços culturais e aponta a importância de considerar o impacto desses investimentos na sociedade como um todo. Ele destaca a necessidade de ampliar o pensamento sobre onde e como investir os recursos públicos, levando em conta a diversidade de projetos culturais e a distribuição equitativa dos recursos. Além disso, aborda a falta de editais específicos para determinadas categorias e a necessidade de políticas mais amplas que

contemplem uma variedade de projetos culturais e necessidades da comunidade. Ele ressalta a importância de repensar os critérios de seleção e investimento, garantindo que a cultura seja acessível e atenda às diferentes demandas da sociedade. Sua intervenção destaca a complexidade e os desafios enfrentados na gestão dos recursos públicos destinados à cultura, bem como a importância de promover a transparência e a participação da comunidade para garantir uma distribuição justa e eficiente dos investimentos culturais. **Marcelo Dias** destaca o processo de protocolar demandas e a necessidade de documentar e registrar de forma adequada as solicitações feitas, para garantir transparência e eficiência na gestão das atividades. Ele enfatiza a importância de seguir os procedimentos estabelecidos para dar entrada nas demandas e assegurar que sejam devidamente registradas e atendidas. Por sua vez, **o professor Gustavo** menciona o papel essencial do Conselho de Administração na garantia de transparência e responsabilidade nas atividades da faculdade. Ele destaca a importância de registrar todas as ações realizadas e de seguir os protocolos estabelecidos, visando assegurar a segurança jurídica e a transparência no uso dos recursos e na destinação das atividades acadêmicas e administrativas da instituição. **Anne Paiva** traz à tona a questão da documentação online e a preparação para a reunião do dia seguinte, ressaltando a importância de consolidar e compartilhar as informações coletadas durante as interações e conversas realizadas. Ela destaca a relevância de registrar e apresentar de forma clara e organizada as solicitações e propostas discutidas, a fim de garantir um correto acompanhamento e encaminhamento das demandas levantadas. **Tercio** questiona sobre os valores parcelados e mensais estabelecidos em edições anteriores de editais e propõe a divisão de valores mensais para a manutenção e reforma de espaços culturais. Anne ressalta a complexidade de lidar com a questão dos valores e a necessidade de garantir recursos adequados para fortalecer os espaços culturais, incluindo aqueles das comunidades indígenas. **Gabriel Verçoza** destaca a importância de considerar as diferenças e particularidades das comunidades locais, valorizando e fortalecendo os espaços culturais que representam a diversidade cultural. Ele enfatiza a necessidade de respeitar a dignidade e remuneração da equipe envolvida nos projetos culturais, evitando a precarização do trabalho e a desvalorização da cultura local. Verçoza também destaca a importância de buscar formas de participação e valorização das diferentes comunidades, considerando as particularidades e necessidades de cada uma ao planejar e distribuir recursos culturais. **Dudsom**, traz uma perspectiva importante como artista e presidente de uma associação cultural, chamada GAL, ressaltando a necessidade de investimentos na produção e no reconhecimento dos artistas visuais. Destaca a importância de criar oportunidades para orientar e apoiar artistas premiados e não premiados, garantindo



que eles possam desenvolver e expandir seu trabalho ao longo do tempo. Ele defende a ideia de estabelecer categorias diferenciadas de premiação, incluindo uma destinada a reconhecer trabalhos mais consolidados, ao mesmo tempo em que valoriza e apoia artistas emergentes e menos premiados. Enfatiza a relevância de direcionar recursos para iniciativas que impulsionem a produção artística e cultural, tornando as oportunidades de financiamento mais acessíveis e inclusivas. Ele destaca a importância de considerar o impacto positivo que esses investimentos podem ter na comunidade artística e cultural, especialmente nas periferias, promovendo a transformação e o fortalecimento desses espaços. Ressalta sua preocupação em apoiar e valorizar os artistas visuais, proporcionando oportunidades de crescimento e reconhecimento em suas práticas artísticas. Ele destaca a importância de garantir que os recursos destinados à cultura alcancem uma ampla variedade de artistas e comunidades, incentivando a diversidade e a produção artística em todo o país. **Kokama** destaca a importância de direcionar investimentos para a cultura indígena e outras expressões culturais fora da capital, promovendo a inclusão e valorização da diversidade cultural em todo o estado. Ele ressalta a necessidade de contemplar uma variedade de projetos e regiões ao distribuir os recursos destinados à cultura. **Francelino Apurinã** questiona como a população indígena de Manacapuru pode ser incluída nesse processo de acesso a recursos e suporte para a preservação e divulgação de sua cultura, especialmente em relação aos jogos tradicionais e manifestações culturais locais. Ele destaca a importância de buscar oportunidades e financiamentos para manter e fortalecer as práticas culturais das comunidades indígenas. **O Convidado** aborda a necessidade de construção de novos espaços culturais, especialmente em regiões periféricas, visando a democratização do acesso à cultura e a valorização de diferentes expressões culturais. Ele propõe a destinação de recursos para a construção de novos espaços culturais para atender às demandas das comunidades locais. **Mapi Murá** enfatiza a importância da acessibilidade e inclusão de diferentes grupos e expressões culturais, destacando a importância de promover uma cultura mais saudável e acolhedora, assim como garantir a participação e representatividade de diferentes segmentos da sociedade nas discussões e decisões culturais. Anne Paiva destaca a importância de orientar e apoiar os proponentes de projetos culturais, proporcionando informações claras e acessíveis sobre o sistema de cultura. Ela ressalta a relevância de garantir a participação e o entendimento sobre os processos culturais, além de oferecer suporte para a inscrição de projetos de forma inclusiva e facilitada. Matheus Amazonia: sugeriu destinação de recurso para a construção de 04 (quatro) espaços culturais na zona leste e rural de Manaus . Ariel: sugeriu cotas para população LGBTQIAP+ dentro do edital de pontos de cultura com recorte para espaços sejam geridos por pessoas

trans que são os mais vulneráveis dentro da comunidade. Sugeriu também, melhorias no tratamento das pessoas trans no processo de edital respeitando o nome social. Busca ativa e abertura para editais com contratação de pessoas para realizar a busca. Assim, sem mais manifesto deu por encerrado esse 2º encontro. Esta ata, após lida com os presentes, vai assinada por mim e por todos

